

## Eleições 2022

Um olhar sobre recursos,  
raça e gênero

Página 6

## Conjuntura política

Presidente progressista x Congresso conservador:  
como podem trabalhar?

Página 21



Protagonismo  
**feminino**  
na política





**Realização:**



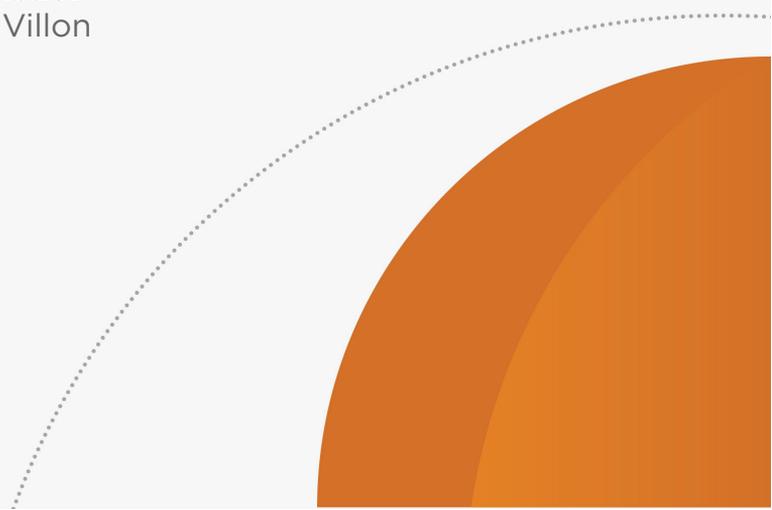
**Diretor de Redação**  
Guilherme M. Martinelli

**Coordenação da revista**  
Laura Luz

**Conteúdo:**  
Cairo Tavares  
Fábio Gomes da Cruz  
Henrique Cardoso  
Jaime Matos  
Kelps Lima  
Klinsmann Sousa  
Laodicéia Rocha  
Monique Mondêgo

**Projeto gráfico e diagramação:**  
Larissa Gabrielle e Odilan Araújo - 2HC

**Revisão:**  
Elsa Villon



# EDITORIAL

A história nos ensina que a luta das mulheres por seus direitos e reconhecimento tem sido árdua e constante. Avançamos muito ao longo das décadas, conquistando espaços antes inimagináveis, mas ainda há muito a ser feito. Hoje, mais do que nunca, é crucial que as mulheres se empoderem e assumam seu lugar de destaque na esfera política.

A democracia é um pilar fundamental de uma sociedade equitativa, onde as vozes de todos os cidadãos devem ser ouvidas e representadas. Nesse contexto, é imperativo que as instituições políticas, como a Fundação 1º de Maio, sejam proativas na promoção da igualdade de gênero e no incentivo à participação das mulheres.

Como mulher, acredito que precisamos criar um ambiente inclusivo, onde as mulheres se sintam encorajadas a se engajar na política, levando em conta suas perspectivas únicas e necessidades específicas.

Além disso, é fundamental investir em programas de capacitação e formação política voltados para mulheres. A educação é uma ferramenta poderosa para empoderar e fortalecer as vozes femininas no cenário político, por isso oferecemos oportunidades de treinamento, mentoria e *networking*, a fim de prepará-las para os desafios enfrentados na vida pública.

Devemos também desafiar e combater os estereótipos de gênero arraigados que minam a participação política feminina. A sociedade como um todo precisa reconhecer e respeitar a liderança das mulheres, bem como suas contribuições nas esferas política, econômica e social.

Ao romper com as barreiras impostas pelo preconceito, construímos um ambiente mais inclusivo e aberto a todas.

Nesta edição, abordaremos temas relevantes e atuais que refletem nosso compromisso com a igualdade de gênero, a diversidade e a justiça social.

Prepare-se para uma leitura enriquecedora!

Samanta Costa  
Presidente da Fundação 1º de Maio



# EDITORIAL

A diversidade é um componente essencial para uma sociedade saudável e próspera. A representação feminina na política não é apenas uma questão de justiça social, mas também de eficácia governamental. Estudos têm mostrado consistentemente que a diversidade de gênero nas tomadas de decisão resulta em políticas mais abrangentes, equilibradas e cuidadosas.

Quando as mulheres são empoderadas e têm espaço para expressar suas ideias, perspectivas e necessidades, a democracia se fortalece, refletindo verdadeiramente a diversidade e pluralidade da sociedade.

É essencial que incentivemos o protagonismo feminino na política, oferecendo oportunidades e criando ambientes inclusivos. Ao permitir que as mulheres assumam papéis de liderança política, estamos enriquecendo os debates, priorizando políticas sensíveis ao gênero e construindo sociedades mais justas e equitativas.

Na 2ª edição da revista da Fundação 1º de Maio o protagonismo feminino é o grande destaque. Você lerá conteúdos especiais sobre a influência global das mulheres na política, análise sobre distribuição de recursos com recorte de raça e gênero, além de artigos sobre o momento político em que vivemos.

Por isso, convido todas as mulheres a se levantarem, acreditarem em seu potencial e participarem ativamente da política. Nós, mulheres, temos muito a contribuir e a conquistar. Vamos construir uma política mais inclusiva, onde as vozes femininas sejam ouvidas, valorizadas e respeitadas.

Boa leitura!

Andrea Envall  
Diretora Financeira da Fundação 1º de Maio



# SUMÁRIO

3 Editorial

6 Eleições 2022: um olhar sobre recursos, raça e gênero

9 Protagonismo feminino, ganhos globais

16 Lutas, avanços e Solidariedade

18 Democracia x Fascismo:  
uma escolha pela sobrevivência

19 Luta antirracista e ascensão da extrema direita:  
qual o papel político-social

21 Conjuntura política  
Presidente progressista x Congresso conservador:  
como podem trabalhar?

25 Novo Arcabouço Fiscal e seus potenciais  
impactos na economia brasileira

27 A retomada do Brasil à cena internacional

# Eleições 2022:

## um olhar sobre recursos, raça e gênero

Cairo Tavares  
Cientista político e mestre em administração pública

Nas eleições gerais de 2022 no Brasil, mais de 26 mil candidatos disputaram cargos como presidente, governador, senador, deputado federal, estadual e distrital. No entanto, o processo eleitoral mais uma vez externou o desafio das assimetrias financeiras entre os candidatos, refletindo as desigualdades sociais, econômicas, de gênero e raça presentes no país.

Embora o Brasil seja composto por uma maioria feminina e por uma população negra (pretos e pardos) correspondente a 56,1%, a representação política ao final do período eleitoral não refletiu essa realidade. Nas eleições de 2022 para a Câmara dos Deputados, apenas 18% dos parlamentares eleitos são mulheres e 26% negros, sendo a maioria destes do sexo masculino (79%).

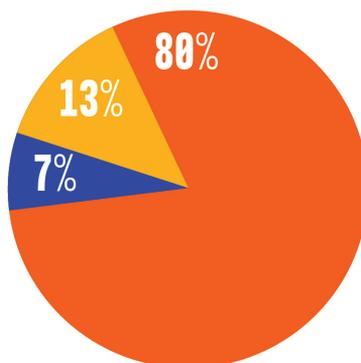
Este cenário é fruto não só das desigualdades existentes na sociedade, mas também da forma como foram distribuídos os recursos entre candidatos negros e brancos.

Apesar dos esforços realizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2020 para ga-

rantir a distribuição proporcional de recursos do Fundo Especial de Campanha (FEFC) aos candidatos negros – ao julgar a consulta nº 0600306-47, formulada pela deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ), que determinou aos partidos políticos a obrigação de aplicar recursos do FEFC e TV, de forma proporcional ao total de candidatos negros que a sigla apresentar na disputa eleitoral as urnas –, a partir dos dados extraídos do Tribunal do registro e da prestação de contas dos candidatos, é possível verificar que a repartição dos recursos não foi proporcional em relação ao gênero e a raça ou cor declarados.

Das candidaturas em disputa para Câmara, 35% eram de mulheres e 65% de homens. Em relação à raça, 51% dos postulantes se declararam brancos, 48% negros, sendo mulheres negras 51% das candidaturas femininas e os homens 46% da masculina. No que diz respeito à distribuição de recursos para a campanha, a eleição para o cargo de deputado federal recebeu mais da metade do valor distribuído (53%), sendo o FEFC

### RECURSOS DECLARADOS PARA DEPUTADO FEDERAL 2022 SEGUNDO RECEITAS



●	<b>FEFC</b> R\$ 2.612,669,123,00
●	<b>FUNDO PARTIDÁRIO</b> R\$ 212.496,499,00
●	<b>OUTROS RECURSOS</b> R\$ 422.027,598,00
	<b>TOTAL GERAL</b> R\$ 3.247,193,220,00

Gráfico 1

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados abertos TSE prestação de contas e estatísticas de candidatura

(80%) a principal fonte de financiamento, seguido de outras fontes e do Fundo Partidário. Isso não surpreende, uma vez que o número de deputados eleitos e votos válidos são majoritariamente utilizados como critério para distribuição do Fundo Partidário (95% do fundo é distribuído entre as siglas de acordo com a quantidade de votos obtidos para deputado federal) e FEFC, o qual o número de deputados eleitos e votos para Câmara Federal representam 83% do peso da receita dos partidos.

A distribuição dos recursos entre homens e mulheres, em termos gerais, não respeitou o critério de proporcionalidade estabelecido pela legislação em vigor, embora tenha ficado próxima (distribuiu 32% dos recursos do FEFC e Partidário para 35% de candidatas). No entanto, chama mais atenção ainda a disparidade na distribuição de recursos provenientes de outras fontes, onde os homens receberam 83% do total em comparação com apenas 17% recebidos pelas mulheres. (Gráfico 2)

## DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS PARA DEPUTADO FEDERAL 2022 SEGUNDO ORIGEM | POR GÊNERO



Gráfico 2 Fonte: elaboração própria, a partir dos dados abertos TSE - prestação de contas e estatísticas de candidatura

Quando à distribuição dos recursos por sexo e raça, considerando todas as fontes, observa-se que a maioria dos recursos, por gênero, destinou-se aos homens brancos (67%), seguidos pelos homens negros (32%) e pelas mulheres brancas (54%). As mulheres negras receberam

apenas 44% dos recursos. Assim, as candidaturas negras (homens e mulheres) receberam menos dez pontos percentuais do que deveriam, uma vez que representaram 48% dos candidatos e obtiveram 36% das receitas totais da eleição para deputado federal. (Gráfico 3)

## DISTRIBUIÇÃO RECEITAS DECLARADAS PARA DEPUTADO FEDERAL 2022 SEXO, RAÇA/COR E Nº CANDIDATURAS

SEXO / RAÇA E COR MASCULINO	RECEITAS TOTAIS R\$	PERCENTUAL	Nº CANDIDATOS	PERCENTUAL
<b>MASCULINO</b>	<b>R\$ 2.274.651.758,00</b>	<b>70%</b>	<b>6.142</b>	<b>65%</b>
AMARELA	R\$ 10.615.693,00	0%	26	0%
BRANCA	R\$ 1.519.678.448,00	67%	3.237	53%
INDÍGENA	R\$ 4.892.771,00	0%	27	0%
PARDA	R\$ 590.586.160,00	26%	2.095	34%
PRETA	R\$ 143.657.621,00	6%	717	12%
SEM INFORMACÃO	R\$ 5.221.065,00	0%	40	1%

Gráfico 3 Fonte: elaboração própria, a partir dos dados abertos TSE - prestação de contas e estatísticas de candidatura

SEXO / RAÇA E COR <b>FEMININO</b>	RECEITAS TOTAIS <b>R\$ 972.541.462,00</b>	PERCENTUAL <b>30%</b>	Nº CANDIDATOS <b>3.349</b>	PERCENTUAL <b>35%</b>
<b>AMARELA</b>	RS 2.271.292,00	0%	13	0%
<b>BRANCA</b>	RS 529.976.743,00	54%	1.572	47%
<b>INDÍGENA</b>	RS 11.581.583,00	1%	24	1%
<b>PARDA</b>	RS 284.085.908,00	29%	1.121	33%
<b>PRETA</b>	RS 142.556.558,00	15%	603	18%
<b>SEM INFORMAÇÃO</b>	RS 2.069.378,00	0%	16	0%

Essas assimetrias na distribuição de recursos são, em larga medida, por causa da discricionariedade permitida pela legislação vigente, que obriga os partidos a distribuírem recursos de forma proporcional por raça ou cor entre todos os candidatos, seja nas eleições majoritárias ou proporcionais. Outro fator que contribui, é o fato de os recursos não precisarem ser distribuídos proporcionalmente entre os candidatos negros e brancos do partido por Unidade da Federação. Para se ter uma ideia do impacto desta desproporcionalidade na eleição de deputado federal, basta promover a redistribuição dos recursos dos recursos, apenas do FEFC, de forma proporcional entre mulheres e homens candidatos negros e brancos. Assim, as mulheres iriam obter o incremento de R\$ 88,5 milhões e candidaturas negras teriam um acréscimo de R\$ 248,9 milhões de reais.

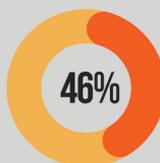
Logo, se considerar que o custo médio da eleição de deputado federal em 2022 foi de cerca de R\$ 1,2 milhão, significa dizer que, grosso modo, seria possível alimentar 207 candidaturas negras com o gasto médio de um deputado federal eleito com o valor acrescido, aumentando significativamente as chances de maior representatividade no parlamento. Portanto, apesar dos recentes avanços da legislação e do esforço institucional para a construção de eleições mais justas, com o intuito de superar as desigualdades históricas de gênero e raça, cabe ao final de cada pleito o contínuo processo de avaliação dos resultados e dos fatores que levaram a forma como as urnas apresentaram os eleitos. Fundamentalmente, é preciso aperfeiçoar os instrumentos disponíveis, a exemplo de recursos públicos, para que o sistema político reflita adequadamente a diversidade da sociedade brasileira.

## FEFC



**MULHERES  
NEGRAS**

CANDIDATOS: 1.724  
FEFC VALOR RECEBIDO: R\$ 380.913.685,00  
VALOR CORRETO: R\$ 474.580.293,76  
ACRÉSCIMO À CANDIDATURAS NEGRAS: R\$ 93.666.608,76



**HOMENS  
NEGRAS**

CANDIDATOS: 2.812  
FEFC VALOR RECEBIDO: R\$ 618.786.855,00  
VALOR CORRETO: R\$ 774.083.402,58  
ACRÉSCIMO À CANDIDATURAS NEGRAS: R\$ 155.296.547,58



**NEGRAS  
(HOMENS E MULHERES)**

CANDIDATOS: 4.536  
FEFC VALOR RECEBIDO: R\$ 999.700.540,00  
VALOR CORRETO: R\$ 1.248.663.696,34  
ACRÉSCIMO À CANDIDATURAS NEGRAS: R\$ 248.963.156,34

# Protagonismo feminino, ganhos globais

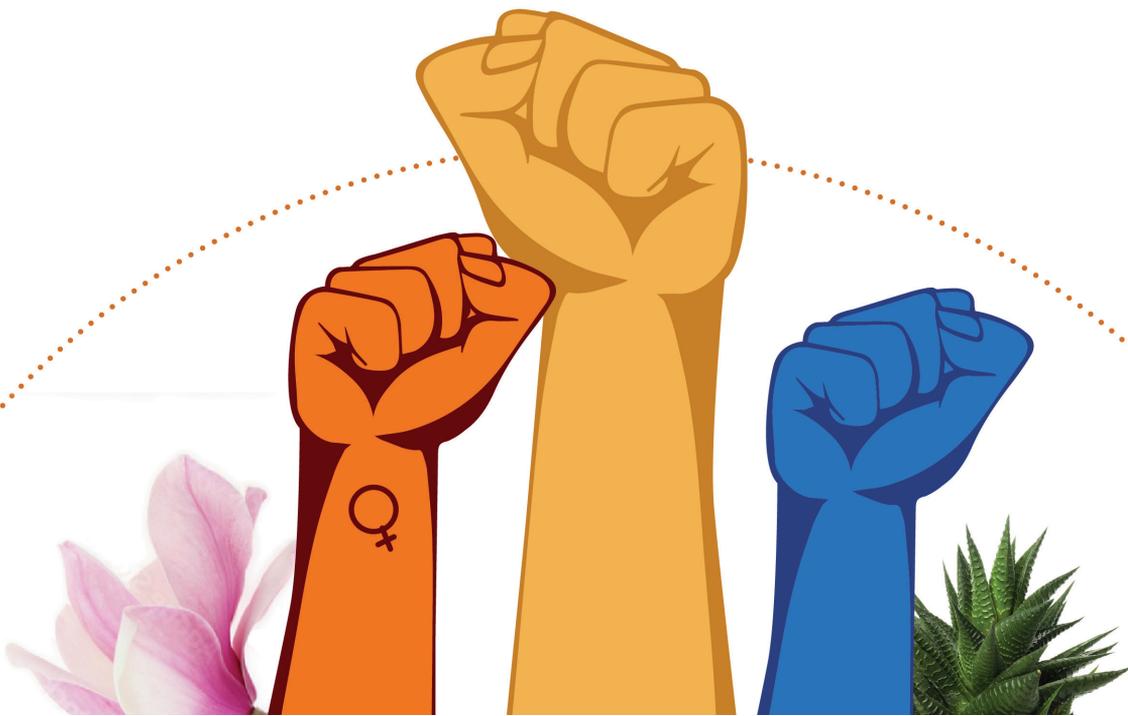
Monique Mondêgo

Psicóloga, pós-graduanda em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global e analista de projetos na Fundação 1º de Maio

O agir político das mulheres é responsável por diversas evoluções sociais em todo mundo que não se limitam apenas ao campo das políticas voltadas às pautas de gênero. Seja participando de movimentos sociais, associações, sindicatos e conselhos, ou ocupando cargos nas três esferas de poder do Estado, sua atuação é decisiva na construção política da sociedade como um todo.

No Brasil, a participação feminina na política teve diversos episódios importantes. Entre eles, é destaque o papel fundamental desempenhado pelos movimentos populares de gru-

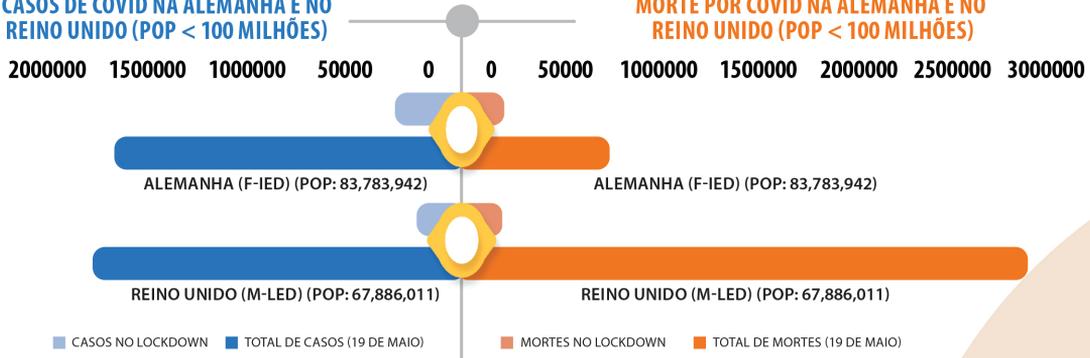
pos de mulheres na luta contra a ditadura e no período de redemocratização do Brasil. Esses grupos que eram em sua essência democráticos, visto que nasceram de articulações como congressos, jornais e centros de pesquisa que discutiam temas amplos e, por isso, abarcavam diferentes raças, ideologias e classes sociais, tinham como principais exigências não apenas as pautas de igualdade de gênero, como também demandas relacionadas às melhores condições socioeconômicas, anistia política, eleições diretas e livres e a instituição de uma Assembleia Constituinte.



A coesão, alta aderência e forte capacidade de organização desses movimentos demonstraram o poder de mobilização e politização das mulheres, que obtiveram uma taxa de êxito de 80% de inserção de suas reivindicações no texto da Constituição de 1988, que se refletiu não apenas no reconhecimento, expresso pela primeira vez no ordenamento jurídico brasileiro, de que homens e mulheres são iguais em direitos e deveres, como na conquista de uma legislação pensada para todos os grupos sociais. Um exemplo disso é a luta feminista por direitos trabalhistas, com a qual foi conquistada não somente o fim da exigência dos atestados de gravidez, como a licença paternidade e a proibição de adoção de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (critério este que é instrumento de discriminação e exclusão de minorias). Fora do Brasil e mais recentemente, podemos citar as atuações das chefes de estado na gestão da pandemia de covid-19. Nos meses iniciais da

crise sanitária, enquanto o mundo estava imerso em insegurança e com poucas informações de como lidar com a situação, países que tinham governantes mulheres tiveram desempenho melhores, com diferenças substanciais no número de casos e de mortes. É o que demonstra o estudo realizado pelas pesquisadoras Supriya Garikipati, especialista em política econômica na Universidade de Liverpool, e Uma Kambhampati, economista na Universidade de Reading, ambas na Inglaterra, que comparou países semelhantes em tamanho de população e PIB, como Reino Unido e Alemanha, Irlanda e Nova Zelândia. Até maio de 2020, o Reino Unido, que na época era comandado por Boris Johnson, contabilizava 45.000 mortes, enquanto a Alemanha, de Angela Merkel, tinha 9.000. No mesmo período, enquanto Irlanda, que tinha como primeiro-ministro Leo Varadkar, respondia por 1.700 mortes, a Nova Zelândia, governada por Jacinda Ardern, tinha apenas 22.

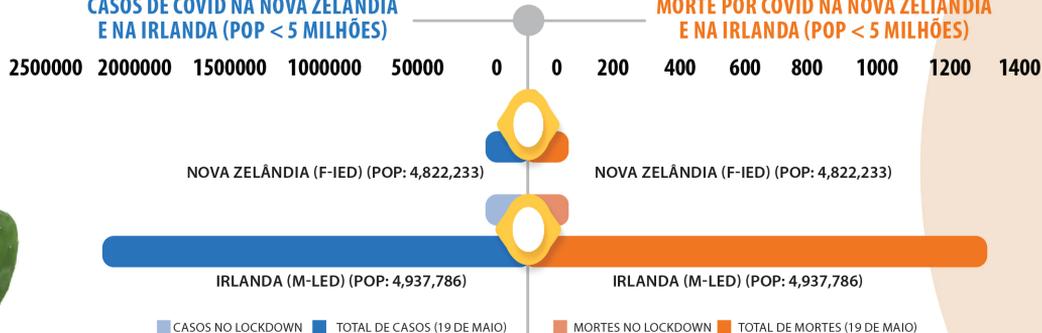
**CASOS DE COVID NA ALEMANHA E NO REINO UNIDO (POP < 100 MILHÕES)**



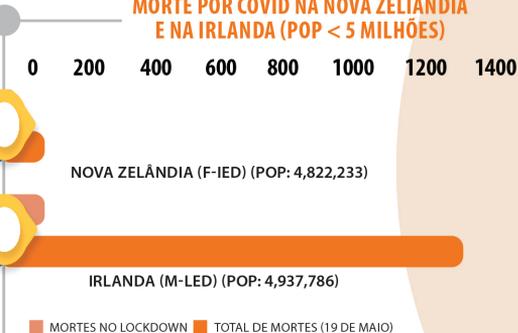
**MORTE POR COVID NA ALEMANHA E NO REINO UNIDO (POP < 100 MILHÕES)**



**CASOS DE COVID NA NOVA ZELÂNDIA E NA IRLANDA (POP < 5 MILHÕES)**



**MORTE POR COVID NA NOVA ZELÂNDIA E NA IRLANDA (POP < 5 MILHÕES)**



A explicação para essas diferenças nada tem a ver com fatores biológicos, mas sim com construção social, especialmente as diferenças no comportamento diante do risco. Ainda que pesquisas organizacionais não demonstrem diferenças nos estilos de liderança de homens e mulheres em geral, analistas acreditam

que os papéis sociais a que são submetidas as mulheres influenciam na forma como elas conduzem suas gestões, que tendem a ser mais democráticas e empáticas. Mas, se os benefícios de sua participação na política são inegáveis, por que ainda temos uma representação tão aquém?

## ..... DESAFIOS

Estereótipos de gênero, discriminação, falta de apoio partidário e de investimento financeiro, desigualdade na divisão do trabalho doméstico, déficit na formação política e violência compõem o hall de empecilhos que travam a participação feminina na política. É indiscutível que todos eles se originam na construção histórica patriarcal que, ainda hoje, privilegia os homens, em detrimento das mulheres, desequilibra suas relações e gera um processo que retroalimenta as exclusões: quanto menos mulheres na política, menos poder para impulsionar a participação feminina nos espaços de decisão.

Essa construção social que, ao longo da história, limitou a atividade feminina à esfera doméstica, com o trabalho reprodutivo, enquanto reservou aos homens as dimensões públicas de poder, ainda hoje influencia a percepção popular de que a política é um espaço naturalmente masculino, o que repercute tanto na disposição da mulher de entrar para a política quanto no apoio partidário e na receptividade do eleitor. Quanto menos mulheres dispostas a entrar na política, menos candidaturas femininas. Quanto menos mulheres nas instituições partidárias, menores as chances de conseguir apoio e uma divisão justa dos fundos de financiamento de campanha. Quanto menos mulheres no legislativo, menor a intenção de propor e aprovar regras para a paridade.

Para aquelas que conseguem transgredir as barreiras impostas pela discriminação, ainda resta equilibrar as carreiras políticas com as triplas jornadas de trabalho (casa, trabalho, filhos) e lidar com os diversos tipos de violência, especialmente a violência política de gênero, que pode se manifestar em forma de agressão física, psicológica, econômica, simbólica ou sexual, com intuito de impedir ou dificultar o exercício dos direitos políticos da mulher. Importante frisar que aspectos como classe social, raça, cor, etnia, religião, origem regional e orientação sexual podem agravar ainda mais esses obstáculos que se apresentam às mulheres que pretendem atuar politicamente. Ao analisar todos esses fatores, é possível afirmar que o maior desafio para a implementação da paridade é o cultural. As pessoas precisam compreender que a democratização dos espaços de poder é indispensável para alcançarmos uma sociedade mais justa e igualitária e seguir desconstruindo os pré-conceitos que seguem delimitando os papéis sociais com base no gênero, normalizando assim a participação dos indivíduos em quaisquer ambientes que desejem ocupar.

Apesar do caminho árduo, a mudança é possível se houver comprometimento político e estruturas legais e políticas adequadas para fornecer condições equitativas para homens e mulheres.

## AVANÇOS

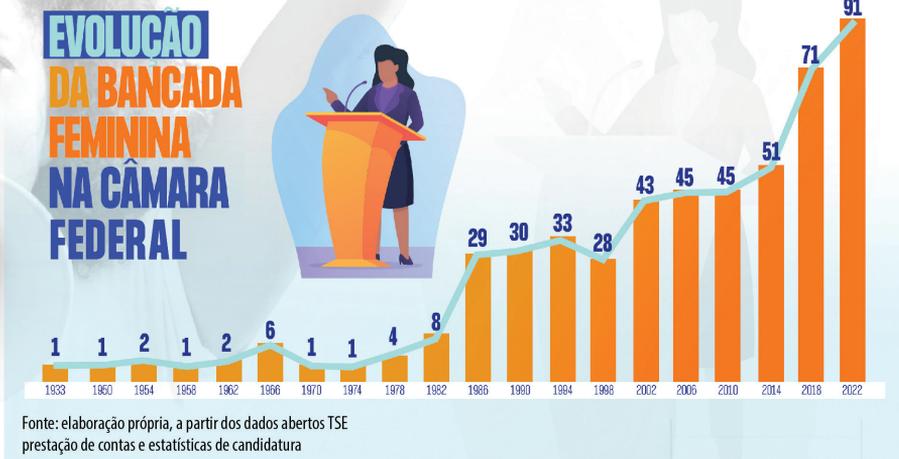
De acordo com a União Interparlamentar (IPU, na sigla em inglês), organização internacional que trabalha para fomentar a cooperação entre os parlamentos, as mulheres ocupam cerca de 26,5% das vagas em parlamentos nacionais do mundo. O último relatório anual da IPU, que analisou os dados de todas as 47 eleições realizadas no mundo em 2022, aponta que, pela primeira vez na história, todos os países elegeram mulheres para compor seus parlamentos. Além disso, a participação feminina nunca foi tão diversa, tendo números recordes de mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+. As políticas voltadas a impulsionar o acesso das mulheres ao apoio partidário e às listas de candidatos, como as reformas eleitorais e cotas, têm sido fator importante para esses avanços. As Câmaras que contavam com algum destes instrumentos de inclusão, elegeram quase 10% a mais de mulheres do que as que não contavam com nenhum incentivo.

No Brasil, a cota mínima de 30% de gênero é prevista em lei desde 1997, entretanto, a legislação dava a possibilidade dessa porcentagem ser aplicada aos candidatos apresentados pelos partidos ou às coligações, que eram permitidas na época, o que, na prática, isentava os partidos de aplicar a cota às suas listas de candidatos geral.

Com o fim das coligações partidárias nas

eleições proporcionais, em 2017, o Tribunal Superior Eleitoral passou a exigir dos partidos políticos a aplicação da cota em suas listas de candidatas e implementou a regra que determina o repasse mínimo de 30% dos fundos eleitoral e partidário, além de utilizar o mesmo percentual para a destinação do tempo de propaganda eleitoral gratuita na televisão e no rádio. A medida também instituiu a destinação mínima de 5% dos recursos do fundo partidário na criação de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários. Essas determinações, que foram consolidadas pela Emenda Constitucional 117, aprovada em abril de 2022, impactaram profundamente a participação feminina na política brasileira, que atingiu nas eleições de 2022 as taxas correspondentes 17,7% das vagas para a Câmara dos Deputados e 16% para as do Senado, o melhor desempenho da história.

Apesar do progresso ser notável, o Brasil ainda se encontra em uma das piores posições nos rankings internacionais de participação política das mulheres nos parlamentos. No ranking da IPU realizado em janeiro de 2023, o Brasil era o 129º na lista de 188 países, cujo país líder é Ruanda. Na América Latina, os países com melhor desempenho são Cuba (2º lugar), México (4º lugar) e Costa Rica (8º lugar).



## O EXEMPLO DO MÉXICO

Para sair do nível de representação de 7,4%, do início dos anos 1990, à atual paridade e 4º lugar no ranking da IPU (com 48,2% das cadeiras na Câmara e 49,2% do Senado), o México percorreu, em 20 anos, uma trajetória de incentivos que podem nos indicar os caminhos para acelerar o crescimento das taxas brasileiras.

Assim como no Brasil, as primeiras tratativas mexicanas para a implementação de cotas de gênero foram no início dos anos 1990, no contexto de sua reforma eleitoral de 1993. Entretanto, nesse momento, as mulheres conseguiram apenas incluir no Código Federal de Instituições Políticas e Processos Eleitorais (COFIPE), uma orientação para que os partidos promovessem maior participação política feminina, o que logrou resultados já nas eleições do ano seguinte, fazendo com que a taxa de representação dobrasse, chegando à 15%. Em 1996, foi incluída no COFIPE a recomendação de cota mínima de 30% nas listas dos partidos políticos. Essa recomendação só se tornou uma exigência no ano 2000, no entanto, as sanções aos partidos que não a cumprissem só passaram a vigorar após a reforma política de 2002, o que fez com que o índice subisse para 23% nas eleições seguintes. Já em 2008, foram aprovadas uma série de dispositivos, como a inclusão de artigos no COFIPE estabelecendo

a inserção da promoção da igualdade em participação política nas declarações de princípios dos partidos políticos, a busca pela paridade de gênero nos órgãos partidários e a destinação de 2% do financiamento público para a capacitação e promoção da participação política feminina. Além disso, também foram aprovados o aumento da cota para 40% das candidaturas aos cargos proporcionais e a previsão de recusa das listas que não cumprissem a regra. Vale informar aqui que a Câmara Federal mexicana é composta por 500 cadeiras, das quais 300 são eleitas no sistema proporcional e 200 pelo majoritário. Então, embora esse tenha sido um avanço, as candidaturas para cargos eleitos por maioria simples continuaram sem qualquer cota estabelecida e, por isso, o percentual de participação obtido no pleito de 2009 foi de 28,4%, resultado bem abaixo do índice reservado para as candidaturas. Neste mesmo ano, veio à público o que ficou conhecido como “Escândalo das Juanitas”, no qual, logo após as eleições, as mulheres renunciaram para que seus suplentes homens pudessem assumir. Assim, nos anos seguintes, mulheres que atuavam em diferentes frentes formaram a Rede Mulheres Plural, cujo trabalho concentrou-se em minimizar as brechas na legislação que possibilitavam contornar as regras.



Em 2011, após ter sofrido derrotas com o barramento da proposta no Senado e no Instituto Federal Eleitoral, a Rede Mulheres Plural recorreu ao Tribunal Eleitoral do Poder Judicial da Federação (TEPJF) alegando que, como o México era signatário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979) e a reforma constitucional de 2011 previa que tratados internacionais teriam peso de leis constitucionais, o princípio de igualdade deveria ser cumprido. Essa argumentação, aliada à uma forte estratégia de coletividade e lobby intenso, resultou na conquista da sentença histórica emitida pelo TEPJF, a partir da qual a cota passou a ser aplicada também nas can-

didaturas por maioria simples e a exigência de que titular e vice fossem do mesmo gênero foi implementada. É importante destacar que esta conquista não foi facilmente aceita e só foi de fato respeitada pelos partidos políticos quando estes tiveram suas listas de candidatos recusadas.

Assim, em 2014, o México incluiu em sua Constituição a paridade de gênero no legislativo e, em 2019, já com a “Legislatura da paridade” em exercício, as mexicanas celebraram a “paridad en todo” (paridade em tudo), mudança que universalizou a paridade aos três poderes, em seus três níveis (municipal, estadual e federal), incluindo órgãos públicos autônomos, como o Banco do México e o Instituto Nacional de Estatística e Geografia.

## INICIATIVAS

trajetória mexicana mostra que a busca pela paridade não é um caminho linear, mas sim um contínuo trabalho de desconstrução e construção cultural. E para que a transformação aconteça os estímulos são essenciais.

Compreendendo a emergência do empoderamento feminino, a Fundação 1º de Maio tem ampliado seus esforços no sentido de ser um agente catalisador da participação plena e efetiva das mulheres em todos os níveis de liderança. Desde 2019, realiza, em parceria com Secretaria

da Mulher do Solidariedade, o Lidera+, curso de capacitação política exclusiva para mulheres, o qual foi o primeiro no país a ser promovido por uma instituição partidária. O curso já teve duas edições (a segunda realizada em 2022) e mais de 250 participantes de todo Brasil, as quais estão aplicando os conhecimentos adquiridos e transformando a realidade de suas comunidades.

Este ano, a Fundação pretende expandir a iniciativa e transformá-la em um programa com mais dois produtos, além do curso: Lidera+, que





realizará encontros regionais com o objetivo de potencializar a capacidade de liderança e participação política das mulheres, especialmente em instituições partidárias e nos cargos eletivos; Lidera+ Dirigente Partidária, um workshop a ser realizado com as secretárias estaduais da mulher, com intuito de capacitá-las para desenvolver um planejamento estratégico da secretaria voltado ao crescimento e fortalecimento da participação político-partidária feminina em cada um dos estados do país. Já para a terceira edição do curso, que começará

ainda este ano, está prevista a realização de cinco módulos, sendo três presenciais e dois online, por meio da plataforma EAD da Fundação 1º de Maio. O objetivo é preparar as mulheres que desejam ingressar na vida política e concorrer a cargos eletivos no pleito do ano que vem. O lançamento do edital está previsto para o início de setembro, quando também começará o período de inscrições. Para ser informado(a) quando as inscrições estiverem abertas e saber mais sobre o Lidera+, siga a Fundação 1º de Maio nas redes sociais.

## REFERÊNCIAS

SCHWETHER, Natália Diniz; ALBUQUERQUE, Maria Alice Venancio. O engajamento das mulheres no período de redemocratização: possíveis mudanças na agenda política brasileira. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLITICA, 9., 2017, Montevideu. [Trabalhos apresentados]. Montevideu: ALACIP, 2017. p. [1-19].  
 KAMBHAMPATI, Uma; GARIKIPATI, Supriya. Women leaders are better at fighting the pandemic. Centre for Economic Policy Research, 2020. Disponível em: <https://cepr.org/voxeu/columns/women-leaders-are-better-fighting-pandemic>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

# Lutas, avanços e solidariedade

Laodicéia Dourado  
Jornalista, ex-vereadora e secretária da Mulher do  
Solidariedade no Distrito Fede

O protagonismo feminino na política é uma realidade que vem crescendo e avançando cada vez mais. Os resultados das mulheres na luta por espaços de poder são evidentes em diversas áreas da sociedade e a participação feminina tem sido fundamental para a construção de um país mais justo e igualitário. Nos últimos anos, o número de mulheres no Congresso Nacional tem crescido significativamente: a bancada feminina na Câmara dos Deputados é composta por 91 mulheres, representam 17,7% das cadeiras, maior do que a eleita em 2018, com 77 mulheres e, no Senado Federal, 17,28% das cadeiras. Esse avanço é resultado de mudanças nas regras eleitorais que facilitaram a participação feminina na política, como a obrigatoriedade de 30% de candidaturas femininas por partido.

As conquistas das mulheres na política têm sido fundamentais para a ampliação de direitos e para a inclusão de pautas que antes eram ignoradas, tem quebrado preconceitos e promovido profundas mudanças nas relações domésticas e sociais. Essas conquistas são resultado de uma luta árdua das mulheres por espaços de poder, representatividade na política, igualdade de gênero e por uma sociedade sem preconceito e discriminação é uma bandeira histórica das mulheres. E, aos poucos, elas estão conquistando esses espaços e mostrando que são capazes de ocupar cargos políticos importantes e de fazer a diferença na vida das pessoas.

Tenho acompanhado os trabalhos da bancada feminina e as comissões em defesa dos direitos das mulheres no congresso nacional e vejo como o olhar feminino nas pautas de mulheres tem sido uma das principais contribuições das parlamentares na luta por uma sociedade mais justa.

Acredito que é necessário oferecer condições, mostrar caminhos, capacitar e preparar a mulher para passos mais largos na política. Eu, por exemplo, enfrentei muitas dificuldades sem conhecimento e preparação para enfrentar uma eleição, tive que aprender na prática, obtive vitória de dois mandatos de vereadora, mesmo em meio aos desafios nunca desisti.

Atuei como assessora parlamentar, candidata estadual, coordenadora de campanhas eleitorais, presidente estadual de partido, adquiri experiências e conhecimento na qual agradeço ao então Presidente do Solidariedade, Eurípedes Júnior por todo incentivo e oportunidade. Atualmente, sou membro da executiva nacional e atuo como consultora política com objetivo de ajudar outras mulheres.

Vencer as barreiras impostas pelo machismo e pela desigualdade de gênero é um dos principais desafios que temos que enfrentar. Essa é minha bandeira permanente e deve ser de todas as mulheres que queiram se engajar na política.



SOLIDARIEDADE  
MULHER



#VOCÊSABIA?

# AS LIDERANÇAS FEMININAS DO SOLIDARIEDADE LUTAM POR:

- ✓ Igualdade
- ✓ Respeito
- ✓ Mais representatividade
- ✓ Dignidade menstrual
- ✓ Licença Maternidade
- ✓ Tornozeleira para agressores

ACESSE O NOSSO SITE E ENTENDA COMO  
**CHEGAMOS JUNTOS PRA MELHORAR O  
BRASIL PARA TODAS AS MULHERES!**





# DEMOCRACIA X FASCISMO

## Uma escolha pela sobrevivência

Com a retomada da democracia brasileira na segunda metade da década de 1980 parecia que ficaríamos eternamente longe de ameaças anti-democráticas e que o país tinha entrado em definitivo em um momento longe de ameaças autoritárias.

Mas a democracia é um patrimônio que necessita de manutenção diária e permanente, e o debate em torno de ameaças autoritárias voltou ao nosso país nos últimos anos, culminando com uma tentativa frustrada e desorganizada de golpe no dia 08/01/2023.

Um termo que deveria estar restrito aos livros de história, o fascismo, voltou a circular na sociedade, como ameaça ao Estado Democrático de Direito. Democracia e fascismo são regimes antagônicos, não se combinam, apesar de em um primeiro momento, fascistas usarem das liberdades democráticas para avançarem em suas ações e narrativas. É justamente tentando se apropriar de um elemento fundamental da democracia, a “Liberdade de Expressão”, que os fascistas vão ganhando espaço. É preciso ter muito cuidado com as primeiras pequenas narrativas e ações que pavimentam um caminho autoritário e minam a democracia.

O fascismo nasceu na Itália, no século passado, promovendo ideias autoritárias e nacionalistas. É um movimento, uma ideologia, um regime.

O fascismo, como regime, prega o controle total da economia, da política, e de todos os movimentos da sociedade. Por sua natureza, o fascismo é um movimento antidemocrático, que retira direitos dos cidadãos, seja na esfera civil ou política.

A democracia, em sua essência, preserva a vida em todas as suas nuances. Seja na proteção dos direitos humanos, nas liberdades individuais, mortalmente combatidas no fascismo. A tolerância e a diversidade caminham para a plenitude em um regime democrático, com participação cidadã.

Existem outros aspectos na sociedade que são atacados por um regime fascista. Um deles é o desenvolvimento econômico. Os regimes autoritários não permitem a liberdade econômica e minam o crescimento do país.

Combater o fascismo, desde o seu nascedouro, é uma luta não só pela democracia e pelos direitos, mas também pela sobrevivência. O fascismo mata pessoas, mata a sociedade livre como um todo, basta lembrar o genocídio provocado pelo regime nazista na Segunda Guerra Mundial.

O Brasil em vários momentos nos últimos 100 anos vivenciou regimes e líderes autoritários e isso deve ser lembrado todos os dias. Que nossa guarda não pode baixar, que a luta pela democracia está acima de divergências políticas e todas as ações e discursos que, mesmo que de longe, paquerem com o fascismo, devem ser combatidos.

.....  
 Kelps de Oliveira Lima  
 Advogado, mestre em Políticas Públicas e  
 diretor de Projetos e Programas Políticos da  
 Fundação 1º de Maio

## Luta antirracista e ascensão da extrema direita: qual o papel político-social

Henrique Cardoso Oliveira  
Cientista Político e MBA em Relações  
Institucionais e Governamentais

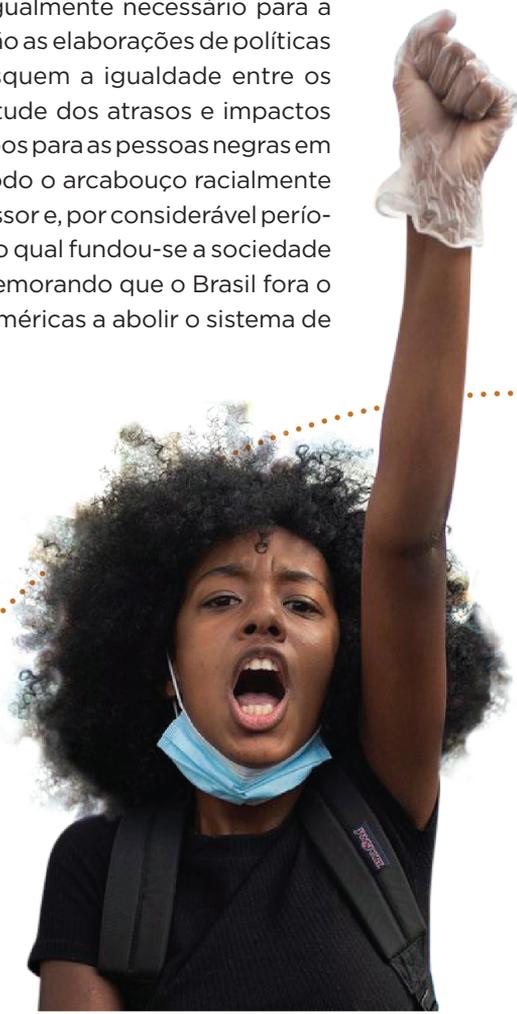
Suspeitos de furto são submetidos a uma longa sessão de tortura em uma sala de fundo de um supermercado. Uma cliente é sistematicamente perseguida e vigiada de perto por segurança de uma loja comercial em um shopping center. Um trabalhador ao regressar para casa é baleado diversas vezes ao ser confundido com um assaltante.

Um homem negro em abordagem policial é submetido a uma câmara de gás improvisada em um camburão policial e lá permanece até que venha a óbito. Homem negro é espancado até a morte por seguranças de um supermercado. Essas tragédias sociais elencadas podem remeter a ideia de alguma produção cinematográfica, relatos de um longínquo passado ou acontecimentos trágicos de algum outro país. Triste, porém, a constatação de que são acontecimentos quase que corriqueiros do Brasil e, inclusive, tendo ocorrido recentemente.

O Brasil, real e atual, se mostra cotidianamente hostil à sua maior parcela da população: as pessoas negras. Os mecanismos advindos do racismo estrutural de forma sistêmica representam uma ameaça concreta às vidas negras e sua ascensão social, não obstante os dados sociais apontam a vulnerabilidade da população negra nos mais diversos aspectos socioeconômicos. Para o enfrentamento dessa desigualdade no Brasil são necessárias medidas que convirjam os aspectos sociais, e todo o processo de reconstrução social sob parâmetros de igualdade racial, com a elaboração de políticas públicas que contribuam para dirimir o hiato entre a parcela da população negra e a não negra. No que

tange à primeira ponta de atuação, este é um processo necessariamente inclusivo que passa por todos os indivíduos da sociedade, uma vez que a construção de um coletivo social invariavelmente necessita da consciência antirracista coletivamente estabelecida; é a premissa da famosa frase “não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”. Isto porque indivíduos conscientizados sobre o antirracismo são peças fundamentais para a engrenagem social que reestrutura a sociedade internamente – de dentro para fora – principalmente quando, no caso do Brasil, a questão racial está tão enraizada na estrutura social do país.

O outro braço igualmente necessário para a luta antirracista são as elaborações de políticas públicas que busquem a igualdade entre os desiguais, em virtude dos atrasos e impactos em diversos campos para as pessoas negras em decorrência de todo o arcabouço racialmente segregador, opressor e, por considerável período, escravizador, o qual fundou-se a sociedade a brasileira – lembrando que o Brasil fora o último país das Américas a abolir o sistema de escravidão.





Neste sentido, o Estado e seus agentes – tanto aqueles democraticamente eleitos como representantes da população quanto aqueles que desempenham papel na administração e burocracia estatais sem correlação com o processo democrático de escolha de representantes – devem propor e estabelecer instrumentos para o estabelecimento de uma sociedade não racista. Por óbvio, toda a engenharia social que consolida o racismo estrutural advindo como consequência de mais de três séculos da escravatura estabelecida no país e cuja abolição ainda é recente, tendo ocorrida há 135 anos, possui uma gama de fatores a serem considerados e trabalhados pela sociedade e na sociedade como um todo. Portanto, não há como considerar-se a ideia de uma única solução, muito em face às diversas ramificações do racismo estrutural. É necessário falar do seu aspecto ambiental, nas políticas públicas de saúde para a mulher preta, religioso e institucional.

Concomitantemente a isso, tem sido notável a amplificação de discursos e ações racistas, muitos dos quais oriundos na extrema direita, e que acabam reverberando de forma acelerada e crescente por valer-se das redes sociais como um instrumento difusor desta prática criminosa e que merecem completo repúdio e ojeriza por parte da sociedade. Cotidianamente ao acessar portais de notícia, deparamo-nos relatos de ataques raciais a vítimas, sejam anônimas ou rostos conhecidos pelo grande público, de forma indiscriminada – muitos destes ataques, inclusive, são direcionados a crianças que embora não tenham vivência etária, carregam em

suas peles o alvo do feroz e covarde ataque de uma abjeta minoria.

A polarização política, presente no Brasil, contribuiu para o ressurgimento de movimentos da extrema direita que tem atuado nas diversas esferas político-sociais do país: economia, questões sociais, nos costumes e, evidentemente, no que tange à questão racial. Se por muito tempo acostumou-se a ver o discurso racista proferido somente por “cidadãos comuns”, este agora encontra em bocas institucionais, muitas das quais pertencentes a representantes democraticamente eleitos, um vexatório refúgio para sua manutenção.

É, portanto, inadmissível que se testemunhe discursos e ações claramente racistas por parcela da sociedade e, em especial, nos representantes que identificados com os ideais da extrema direita reproduzem esses comportamentos que aviltam contra parcela significativa da sociedade brasileira.

Muito embora seja um processo doloroso de se vivenciar, os ataques e avanços das violências raciais acometidas pela extrema direita em sua maioria, mas que de forma alguma detém o monopólio desta lástima social que macula a imagem do Brasil, “contribuem” para que efetivamente se amplifique a luta antirracista. O Brasil viveu e ainda vive sob a crença do “canto das três raças” – em alusão à canção de Paulo César Pinheiro e Mauro Duarte, brilhantemente interpretada na voz de Clara Nunes – e a ideia de democracia racial vista em Casa-Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, o que dificulta o processo de luta antirracista, pois o Brasil nega-se a si mesmo como racista e, portanto, não haveria uma problemática a ser resolvida.

Cabe a nós, portanto, enquanto povo em seu conceito originário, primeiramente reconhecermo-nos como racistas e, diante deste olhar de si para si, ombrear lado a lado na busca de uma sociedade antirracista e que cesse em definitivo o genocídio, bem como o processo de invisibilização da população negra.

# Conjuntura política

## Presidente progressista x Congresso conservador: como podem trabalhar?

Henrique Cardoso,  
Cientista Político e MBA em Relações  
Institucionais e Governamentais;

Jaime Matos,  
Cientista Político e MBA em Relações  
Institucionais e Governamentais

Tão logo tenha sido decretada sua vitória no domingo do dia 30 de outubro de 2022, às 19h56, dentre tantas outras questões que pairavam no núcleo do novo governo estava a questão da governabilidade dentro do Congresso Nacional.

Alguns dias antes, precisamente no primeiro domingo do mesmo mês, deu início ao primeiro turno das Eleições Gerais no qual elegeram-se parlamentares, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal.

O resultado já era o primeiro passo para o que poderia vir a ser um dos principais desafios do governo Lula: a governabilidade em um Congresso majoritariamente contrário ou pouco aderente ao seu espectro político ideológico. Considerando tão somente os partidos que fizeram parte das respectivas coligações presidenciais ou endossaram apoio, o grupo partidário em torno do presidente Lula havia eleito 122 deputados, enquanto que a aliança em torno do então presidente Jair Bolsonaro havia consolidado 188 deputados - consideráveis 66 nomes a mais que seu oponente. Para além do espectro partidário e suas respectivas bancadas, há de se considerar, doravante, o perfil parlamentar dos 594 congressistas que comporão a 57ª Legislatura (2023 - 2027) e neste sentido, é visivelmente notório que o Congresso eleito é em sua maioria conservador, o que invariavelmente inflige em um desafio para um governo que teve como um dos principais motes uma agenda político eleitoral construída no progressismo. Não obstante, ciente de que o novo governo teria uma árdua tarefa em governar com um Congresso majoritariamente conservador, a equipe de transição buscou, ainda em 2022, formas de dialogar e estabelecer alianças com parlamentares de outras legendas, a fim de construir uma base sólida de apoio no Legislativo antes mesmo do início de fato do governo. Nesse sentido, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição foi o primeiro desafio enfrentado pelo governo Lula, ainda antes de sua posse oficial como presidente, no que tange à mensuração de sua força política com o Congresso.

Mesmo sendo aprovada pelo Congresso Nacional em um processo acelerado e que contou com o apoio de grande parte dos parlamenta-



res, a PEC não reflete uma base ampla e sólida dentro do Legislativo.

Muito embora a necessidade de formar uma coalizão ampla no Congresso Nacional seja um dos principais desafios do governo, outros fatores são igualmente importantes para o sucesso de seu governo, como a pressão popular, a mídia e a situação econômica e social do país.

A pressão popular é um elemento fundamental para a governabilidade, pois representa a voz da sociedade civil na condução das políticas públicas. Movimentos sociais, organizações não governamentais e a população em geral podem exercer uma forte influência sobre as decisões do governo.

O governo Lula tem demonstrado, nos primeiros meses de gestão, a importância desse diálogo aberto e transparente com a sociedade civil na construção de políticas públicas que atendam às demandas e necessidades da população. Essa postura é fundamental para garantir a legitimidade e efetividade das ações governamentais, promovendo uma participação mais ativa e consciente da sociedade na construção de um país mais justo e democrático.

A influência da mídia na política é um fato inegável que perdura há muitos anos. Por meio de sua capacidade de moldar a opinião pública, a mídia pode influenciar a percepção da população sobre determinados assuntos e políticas governamentais. Dessa forma, é fundamental que o governo mantenha uma relação transparente e respeitosa com a mídia, buscando constantemente o diálogo e a divulgação clara e objetiva das ações governamentais.

Ainda que a atual gestão venha, até então, logrando êxito no relacionamento com setores da população e o diálogo com a mídia, se faz necessário principalmente um diálogo institucionalmente sólido com o Legislativo para que se possa aprovar matérias estratégicas para o governo. Neste sentido, o presidente Lula, à frente da presidência pela terceira vez, possui destacável expertise no diálogo

com diversas frentes do espectro político partidário. Em seus governos anteriores (2003 - 2010), conseguiu reunir uma ampla base parlamentar no Congresso e, embora tenha enfrentado adversidades políticas durante sua gestão, obteve importantes vitórias na aprovação de diversas agendas essenciais à sua administração.

A tabela acima apresenta a taxa média de gov-



Governo	Período	Taxa de Governismo
Lula	2003 a 2006	77%
Lula	2007 a 2010	79%
Dilma	2011 a 2014	75%
Dilma	2015 a 2016*	65%
Temer	2016 a 2018	76%
Bolsonaro	2019 a 2022	76%

Fonte: Levantamento de votações do Congresso Nacional realizado pelo Estadão/Basômetro  
\*Mandato interrompido em face à aprovação do processo de impeachment.

ernismo ao longo do mandato dos presidentes nos últimos 20 anos e, conforme se observa, o presidente Lula apresenta os maiores índices. A exitosa taxa de governismo se deve a alguns fatores, dentre eles a boa articulação político institucional com o Congresso, a eleição de ampla base parlamentar nas eleições e a distribuição de ministérios a partidos políticos, todas ferramentas comumente necessárias em um sistema de presidencialismo de coalizão. Como supracitado, o resultado das urnas nas eleições de 2022 revelou 122 deputados eleitos por partidos aliados ao presidente, enquanto 188 foram eleitos por partidos aliados a seu concorrente e ex-presidente Jair Bolsonaro. Para além dessa informação, pode-se notar um perfil mais conservador no quadro

de parlamentares da nova legislatura, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. A presença de parlamentares do “lavajatismo”, ampliação de quadros da conhecida bancada BBB (bala, ligada a segurança pública; bíblia, relativa aos religiosos; e boi, com parlamentares ligados ao agro) são alguns exemplos que evidenciam o perfil do atual Congresso.

Estes quatro segmentos, muitas vezes por questões ideológicas, entram em rota de conflito com a plataforma de governo - que trouxe um arcabouço progressista, defendendo mudanças institucionais com relação a questões relativas ao agro e políticas armamentícias - e, portanto, acaba sendo um dos desafios em sua governabilidade.

O cerne da questão é estabelecer o relacionamento do governo com um Congresso mais conservador, segmentos antagônicos à sua agenda e uma oposição que se faz numerosa diante dos nomes eleitos.

Assim sendo, à parte os instrumentos institucionais para se manter e/ou ampliar sua base parlamentar no Congresso, o governo

deverá valer-se da sensibilidade política em suas agendas a serem pautadas no Congresso. Há a necessidade de realizar um cálculo político que mensure a necessidade e importância de determinada agenda e como esta ecoa no meio parlamentar.

Em princípio, temas polêmicos e com forte viés ideológico devem ficar em segundo plano enquanto o governo ainda organiza sua base no Parlamento. Uma segunda possibilidade de se avançar em agendas que considere essenciais, porém destoam do perfil do Legislativo, encontra-se na judicialização de algumas temáticas. Por vezes, o processo de judicialização fora utilizado, tanto por governo, quanto até mesmo oposição, para se avançar ou barrar agendas as quais não haveriam aderência legislativa para prosperar. Invariavelmente ao perfil mais conservador que o Congresso possui na atual legislatura, a relação institucional entre estes dois Poderes - Executivo e Legislativo - é parte sine qua non do processo democrático, não cabendo um papel unilateral para o provimento de agendas e políticas públicas que impactam o país.



**A FUNDAÇÃO PARTIDÁRIA  
QUE MAIS INVESTE EM  
EDUCAÇÃO POLÍTICA**

**UM LUGAR  
TODO SEU,  
SÓ ESPERANDO  
VOCÊ SE FILIAR!**

**SEU  
SOLIDÁRIO**

**ELAS  
PODEM  
MAIS**

Acesse nossas redes:



**Conheça nossa plataforma EaD  
e capacite-se politicamente de  
forma gratuita e de onde estiver.**

**Acesse: [ead.fundacaoidemaio.org.br](http://ead.fundacaoidemaio.org.br)**

**1 FUNDAÇÃO  
DE Maio**

# Novo Arcabouço Fiscal e seus potenciais impactos na economia brasileira



Klinsmann Sousa,  
Cientista Econômico

Cairo Tavares,  
Cientista Político e Mestre em Administração Pública

A economia brasileira tem enfrentado períodos de instabilidade e mudanças significativas em sua trajetória, resultando em um baixo crescimento médio nas últimas décadas. Nesse contexto, um dos pontos centrais é a questão da dívida pública e sua trajetória. A capacidade do país de honrar seus compromissos no longo prazo está diretamente relacionada a dois fatores fundamentais: o crescimento econômico e a política fiscal. A relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (PIB) é influenciada pelo crescimento econômico. Quanto maior o crescimento, menor é a tendência da relação dívida/PIB, uma

vez que o aumento da atividade econômica contribui para a geração de receitas públicas e, conseqüentemente, para a redução do peso da dívida.

Já a política fiscal desempenha um papel crucial na busca pelo equilíbrio das contas públicas, pois à medida que o governo tem um equilíbrio entre a arrecadação e o gasto, evita-se uma crise de confiança, redução de investimentos e o surgimento de recessões.

O último marco no Brasil pela busca do equilíbrio fiscal foi a introdução do teto de gastos em 2016, durante o governo de Michel Temer. Essa medida estabeleceu limites para as despesas públicas, vinculando seu crescimento à inflação do país. No entanto, por um lado, a implementação do teto de gastos gerou o aumento do abismo social, uma vez que foi limitada a expansão dos investimentos públicos nas áreas essenciais como educação e saúde. Por outro, esse número foi flexibilizado 5 vezes durante o governo Bolsonaro, em especial no período eleitoral, o que levou a âncora fiscal perder a sua credibilidade.

Nesse contexto, o novo Arcabouço Fiscal, apresentado pelo presidente Lula, surge como uma proposta que busca proporcionar um modelo de crescimento das despesas públicas baseado na receita no lugar da inflação. Com base em anos de arrecadação favorável, a intenção da nova proposta é permitir aumentar as despesas públicas de forma sustentável. O objetivo é elevar as despesas em uma faixa entre 0,6% e 2,5% ao ano, levando em consideração o crescimento da receita, limitando-as a 70% da variação entre a receita atual e a anterior. Caso não seja atingida a meta de superávit, o crescimento do gasto só poderá chegar a 50% da receita, e não mais 70%.

Essa abordagem busca superar as limitações do teto de gastos, pois permite construir uma reserva nos momentos de crescimento do PIB e garante o aumento do gasto durante os períodos de queda na atividade econômica, ao invés de limitar o crescimento do gasto apenas à inflação. A grande diferença em relação ao modelo anterior é que no momento de baixa da economia, o Estado poderá aumentar o gasto, exercendo assim, uma ação anticíclica.

Outra diferença importante é o fato de alguns itens essenciais, como transferências para municípios e estados, gastos com saúde e educação, não estarem incluídos no arcabouço proposto, o que garante a manutenção dos investimentos em áreas essenciais que tanto sofreram nos últimos anos. A aposta do governo é de que a nova regra fiscal tem condições de incrementar a confiança dos investidores nacionais e estrangeiros, pois com metas fiscais bem definidas e o estabelecimento de uma trajetória sustentável da dívida, é possível diminuir a incerteza. Entretanto, por ter seu sucesso baseado substancialmente no aumento da receita, os investidores têm certa desconfiança, por ainda não estar totalmente claro na proposta os pontos a respeito da arrecadação. Tendo sido bem recepcionada pelo Congresso Nacional, especialmente pelos

presidentes das duas Casas, o texto tende a ser aprovado com algumas alterações. Entretanto, é preciso reconhecer que a implementação do Novo Arcabouço Fiscal não será desprovida de desafios.

Para alcançar a meta estabelecida por Haddad de zerar o déficit fiscal a partir de 2024, o governo Lula terá que enfrentar a questão da reoperação de determinados setores. Não será simples recuperar a capacidade fiscal do Estado, pois essa medida irá enfrentar resistências históricas no Congresso e demandará grande capacidade de negociação do Poder Executivo.

Por fim, o novo arcabouço vem como esperança para o governo ter folga para poder realizar mais investimentos e trabalhar pelas questões sociais, com perspectiva de novos postos de emprego e melhores salários, sem deixar os indicadores de sustentabilidade econômica regredir e mantendo a credibilidade para fomentar novos investimentos privados.



# A retomada do Brasil à cena internacional

Klinsmann Sousa,  
Cientista Econômico

Fábio Gomes da Cruz,  
Bacharel em Relações Internacionais e Analista Internacional

A crescente globalização e interconexão entre os países levaram a uma maior integração na política, economia e cultura em escala mundial. Nesse contexto, o papel do Brasil no cenário internacional torna-se cada vez mais relevante. Ban Ki-moon, ex-Secretário-Geral da ONU, afirmou que “O Brasil é um ator global crucial, não apenas por sua posição geográfica e tamanho territorial, mas também por sua importância econômica e demográfica”. Como a nona maior economia do mundo e o país mais populoso da América Latina, o Brasil possui um potencial significativo para influenciar a região e contribuir para soluções no mundo em desafios como meio ambiente e sustentabilidade, desenvolvimento econômico e segurança cibernética.

Apesar do papel histórico no cenário internacional, o Brasil passou por uma série de crises políticas e econômicas nos últimos anos, e enfrenta vários problemas ao tentar recuperar sua posição no cenário internacional, sendo um dos principais a reputação do país no exterior.

Desde o início do governo de Jair Bolsonaro, ocorreram mudanças na política externa brasileira, gerando preocupações crescentes em relação às ameaças à democracia e aos direitos humanos. A retórica agressiva, o estilo de governança que se assemelha ao fascismo, a visão restrita sobre a segurança pública, os cortes orçamentários e o desmonte de políticas e programas sociais tiveram efeitos imediatos na população brasileira.

A chegada do diplomata Ernesto Araújo à chefia do Ministério das Relações Exteriores durante o governo Bolsonaro não apenas tentou implementar uma guinada radical sem considerar as

prescrições e orientações da Política Externa Brasileira (PEB), como também provocou uma ampla controvérsia interna. Alinhado ao discurso que defende os riscos do chamado “globalismo”, o ceticismo em relação às instituições multilaterais, como a ONU, e afirmação de que o aquecimento global é um complô marxista, somaram-se a várias decisões que indicam a obstinação por transformar o perfil internacional do Brasil.

Agora, com um novo governo sob liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil está buscando recuperar sua posição no cenário internacional com uma série de ações em andamento como por exemplo a cooperação econômica com países africanos, integração regional, retomada da confiança de investimentos estrangeiros, parcerias com Estados Unidos e União Europeia nos termos de um comércio mais justo, reivindicação de reforma do Conselho de Segurança da ONU com fim do direito de veto e combate à fome e à desigualdade no mundo.





Com a missão de recolocar o Brasil na cena internacional, a diplomacia brasileira, por meio do Ministério das Relações Exteriores (MRE) delineou duas estratégias principais, na tentativa de reconstruir pontes e reabrir canais de diálogo. A primeira delas é a retomada da chamada “diplomacia presidencial”, com o objetivo de reinserir o Brasil nos principais debates da política internacional e garantir sua influência nas decisões globais. Nesse sentido, o novo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, indicado pelo presidente Lula, organizou uma série de viagens internacionais para o presidente, que ocorreram no primeiro trimestre de 2023. A prioridade é restabelecer mecanismos de contato com vizinhos da América Latina e reconstruir pontes com países como Estados Unidos e China, além da União Europeia e da África.

A segunda estratégia do novo governo é colocar o meio ambiente e as mudanças climáticas no centro da política externa brasileira para os próximos quatro anos. Como um primeiro passo, o governo já tomou a iniciativa de restabelecer o Fundo Amazônia, que recebe investimentos financeiros de países europeus interessados em investir na preservação da floresta amazônica. Além disso, a diplomacia pragmática brasileira, que tem como tradição a construção de consensos e atuação não beligerante, também ressurge. Em meio ao conflito entre Rússia e Ucrânia, que já completa um ano, o governo Lula iniciou uma agenda na ONU e em agendas bilat-

erais com o objetivo de consolidar um processo de defesa da paz na região. A proposta é criar um grupo de países que não participam do conflito, a fim de discutir caminhos para restabelecer a paz de forma pacífica e colaborativa.

A volta do Brasil à cena internacional é crucial para a economia e a diplomacia multilateral, especialmente como membro fundador do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A participação do país em organizações internacionais pode oferecer oportunidades importantes à nação. Ao fazer parte de organizações como o G20, o Mercosul e a OMC, o Brasil pode influenciar a formulação de políticas globais relacionadas ao comércio e à economia, aumentando sua presença e influência na cena internacional. Além disso, a participação em organizações internacionais pode oferecer ao Brasil acesso a novas tecnologias, conhecimentos e práticas recomendadas, que podem ser aplicadas em diferentes setores da economia. Como pontos fortes, o Brasil possui abundantes recursos naturais, como minerais e petróleo, além de um setor agrícola forte. Adicionalmente, o país apresenta uma indústria de tecnologia emergente e um setor de serviços em constante crescimento. Tais setores oferecem importantes oportunidades para o desenvolvimento econômico e investimentos estrangeiros. Embora, para além da boa atuação diplomática para garantir sucesso nas questões internacionais, o novo governo também deve lidar com pontos sensíveis, como o crescimento econômico interno, a redução da desigualdade e vulnerabilidade social, as altas taxas de juros e desemprego, estabilidade da dívida pública, insegurança jurídica e a complexidade do sistema tributário que podem dificultar a atração de investimentos estrangeiros.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido pelo novo governo para reinserir o Brasil na cena internacional, mas as estratégias traçadas até aqui apontam para possibilidade de êxito, em especial pela centralidade da questão climática no momento atual e a Amazônia brasileira.

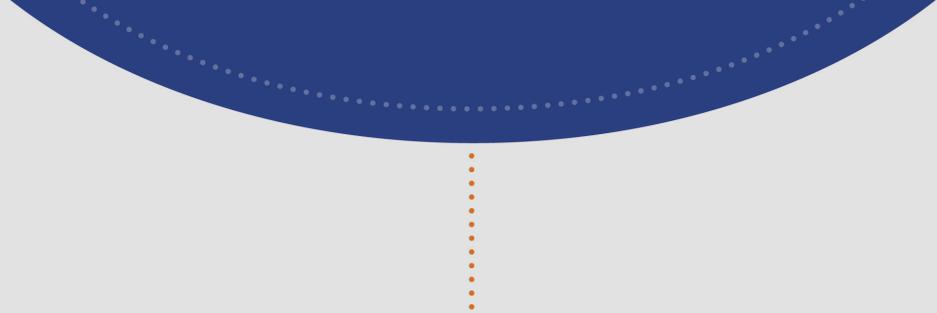
# #CHEGUEJUNTO COM O SOLIDARIEDADE E FILIE-SE!

[solidariedade.org.br/file-se](https://solidariedade.org.br/file-se)

Se você já é filiado, atualize  
seu cadastro e tenha acesso  
a conteúdos exclusivos



**SOLIDARIEDADE**



Realização:

# Fundação 1º de Maio

**Samanta Costa**  
Presidente

**Ariete Macedo**  
Vice-Presidente

**Andrea Envall**  
Diretora Financeira

**Maria Izabel Simões**  
Vice-Diretora Financeira

**Guilherme M. Martinelli**  
Diretor-Executivo

**Paulo Henrique Santos**  
Diretor-Executivo

**Adilson Borges**  
Diretor Técnico

**Geovanna Ribeiro**  
Diretora Técnica

**Kelps Lima**  
Diretor de Projetos e Programas Políticos

**Paulo Pequeno**  
Diretor de Projetos e Programas Políticos

**Sandoval Fernandes**  
Diretor de Planejamento Estratégico

**Giovanna Macedo**  
Diretora de Planejamento Estratégico





[www.fundacao1demaio.org.br](http://www.fundacao1demaio.org.br)



Clique aqui para acessar



**SOLIDARIEDADE**

[www.solidariedade.org.br](http://www.solidariedade.org.br)